

# ACM ataca ajuda a municípios com dívida

por César Felício  
de Brasília

9661 NRE 31

Uma modificação na reedição da medida provisória que regulamenta o Cadastro Nacional de Inadimplentes (Cadin) serviu ontem de combustível para a disputa entre o PFL e o PSDB por conta das eleições municipais. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o novo ministro do Planejamento, Antônio Kandir, do PSDB, embora ele não tenha assinado a medida provisória, que contou com as assinaturas do presiden-

te Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

“O ministro Kandir disse ao tomar posse que a sua meta no ministério era a austeridade. A MP reeditada, contudo, permite que as administrações municipais inscritas como inadimplentes recebam recursos federais. Isto às vésperas de uma eleição municipal”, afirmou, em plenário, o senador. “Seria natural uma concessão dessas se fosse para receber verbas do programa Comunidade Solidária, mas não é isso que vai acontecer.